

ATUAÇÃO JUNTO ÀS PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: CRÍTICA À PSICOLOGIA TRADICIONAL E A SUA SUPERAÇÃO PELA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Amyr Gonçalves Valério Silva¹

Samuel Butinhoni Barbosa²

Ronaldo Pereira Barboza³

ATUAÇÃO JUNTO ÀS PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: CRÍTICA À PSICOLOGIA TRADICIONAL PELA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Resumo: O presente artigo utilizou-se de revisão bibliográfica com o objetivo de compreender, a partir da investigação da história da Psicologia no Brasil, seu desenvolvimento e transformações, suas implicações psicológicas e sociais quanto às práticas psicológicas e sua dialética com a vulnerabilidade social, a partir dos princípios teóricos da Psicologia Histórico-Cultural desenvolvida por Vygotsky com o aporte de Leontiev e Luria, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético proposto por Marx, contextualizada na história e cultura brasileira contemporânea. Ao abordar essas questões, este estudo buscou não apenas lançar luz sobre as complexas relações que permeiam esses contextos, mas também irromper um olhar crítico sobre a necessidade de superar os paradigmas da psicologia tradicional. Nesse sentido, procuramos analisar os efeitos desencadeados pela revolução das Psicologias, que desafiam e repensam criticamente os fundamentos tradicionais existentes.

Palavras-chaves: Vulnerabilidade social; Consciência; Capitalismo; Intervenções; Práticas revolucionárias;

ACTING WITH PEOPLE IN SOCIAL VULNERABILITY: CRITICISM OF TRADITIONAL PSYCHOLOGY BY THE HISTORICAL-CULTURAL PERSPECTIVE

Abstract: This article used a literature review in order to understand, from the investigation of the history of psychology in Brazil, its development and its psychological and social implications regarding psychological practices and its dialectic with social vulnerability, from the theoretical principles of Historical-Cultural Psychology developed by Vygotsky with the contribution of Leontiev and Luria, based on Historical-MaterialismDialectic proposed by Marx, contextualized in contemporary Brazilian history and culture. In addressing these issues, this study sought not only to

¹Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR. Umuarama - PR, Brasil. E-mail: amyrv.valerio@edu.unipar.br

²Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR. Umuarama - PR, Brasil. E-mail: s.barbosa@edu.unipar.br

³Docente do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR. Umuarama - PR, Brasil. E-mail: ronaldop.barboza@prof.unipar.br

shed light on the complex relationships that permeate these contexts, but also to take a critical look at the need to overcome the paradigms of traditional psychology. In this sense, we seek to analyze the effects triggered by the revolution of Psychologies, which challenge and critically rethink the existing traditional foundations.

Key-words: Social vulnerability; Consciousness; Capitalism; Interventions; Revolutionary practices;

ACTUACIÓN JUNTO A LAS PERSONAS EN VULNERABILIDAD SOCIAL: CRÍTICA A LA PSICOLOGÍA TRADICIONAL POR LA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Resumen: Este artículo se utilizó de revisión bibliográfica con el objetivo de comprender, a partir de la investigación de la historia de la Psicología en Brasil, su desarrollo y transformaciones, sus implicaciones psicológicas y sociales en cuanto a las prácticas psicológicas y su dialéctica con la vulnerabilidad social, a partir de los principios teóricos de la Psicología Histórico-Cultural desarrollada por Vygotsky con el aporte de Leontiev y Luria, fundamentada en el Materialismo Histórico-Dialéctico propuesto por Marx, contextualizada en la historia y cultura brasileña contemporánea. Al abordar estas cuestiones, este estudio buscó no solo arrojar luz sobre las complejas relaciones que permean esos contextos, sino también irrumpir una mirada crítica sobre la necesidad de superar los paradigmas de la psicología tradicional. En ese sentido, buscamos analizar los efectos desencadenados por la revolución de las Psicologías, que desafían y repensan críticamente los fundamentos tradicionales existentes.

Palabras-clave: Vulnerabilidad social; Conciencia; Capitalismo; Intervenciones; Prácticas revolucionarias;

1. Introdução

*“Sem a teoria revolucionária,
não pode haver movimento revolucionário”*
(Vladimir Lenin, s.d.)

Neste texto, usaremos como base a Psicologia Histórico-Cultural, proposta por Lev Vygotsky no início do século XX, durante a Revolução Soviética, usando o método de Karl Marx, o materialismo-histórico-dialético, com intuito de superação da velha psicologia e as suas crises.

Quando falamos da Psicologia, se faz necessário entender que dentro dessa ciência, existem diversas pluralidades do fazer psicológico, isto é, diferentes abordagens que propõem inúmeras representações e entendimentos do ser humano, e de seus processos mentais. Devido a isso,

diferentes modos de se fazer, atuar e intervir, caracterizam a psicologia enquanto uma ciência humana e social.

Porém, a existência de inúmeras ações, acarretou na proliferação de práticas que não cabem mais a nossa ciência, fator esse que fica evidente ao entender que historicamente na realidade da psicologia no Brasil, a intervenção tinha como objetivo explícito, atender aos interesses das elites, que se apresentavam como forma de controle, higienização, categorização e de diferenciar/excluir os sujeitos considerados “inadequados”, tudo isso visando o lucro e a retenção do capital para essas mesmas elites, uma psicologia desenvolvida para manter o status quo, ou seja, manter a ordem normatizante sobre os indivíduos. (Ana Mercês Bahia Bock, 2003)

Ainda de acordo com a mesma autora, a higienização supracitada se refere a ideias psicológicas que foram dadas em um contexto medicalocêntrico e da educação naquele momento, esse conceito vem da limpeza, não enquanto pensar em saúde básica, mas sim em exclusão de sujeitos da sociedade, para “limpá-la”, para exemplificar, podemos pensar nas instituições manicomiais que recebiam esses sujeitos, enclausurando-os, em um processo de docilização de corpos. Foi com essa tradição que a Psicologia se regulamentou como profissão em 1962.

2. A velha Psicologia e suas práticas tradicionais

*“A história se repete,
a primeira vez como tragédia,
e a segunda como farsa”*

(Karl Marx, 1852)

Passaram-se sessenta e um anos e o que mudou? É notório evidenciar todas as evoluções no desenvolvimento da Psicologia como ciência, tal qual como suas mudanças e lutas, mas não precisamos ir muito longe para encontrar intervenções antiéticas, sem contribuição social, nocivas e/ou verticais, que restringem a autonomia do sujeito, “como, por exemplo, numa hipótese absurda, tratar seres humanos com técnicas usadas para adestrar animais em laboratório, visando a que se tornem dóceis e obedientes.” (Achilles Delari Jr, 2020a, p.17).

E por que elas continuam se evidenciando até hoje? Práticas históricas que não são superadas, voltam a ser utilizadas, esses modelos ainda são repassados por outros profissionais (dentro ou não da ciência da Psicologia), como também por docentes da formação de psicólogo(a)s.

A velha psicologia, que Lev Vygotsky critica, é a que pensa na mente e corpo separados, como uma cisão dicotômica do ser, que visa trabalhar com essa mente desintegrada do corpo, vista

como “um substrato biológico naturalmente dado e inquestionável, em cima do qual se erguem, de forma separada e independente, os sistemas sociais e culturais de significado” (Tomaz Tadeu da Silva, 2000, p. 42), perdendo também as nuances da relação do corpo com os contextos e vivências, que engendram o sujeito dialético, ou seja, reconhecendo o papel decisivo das ideais, mas compreendendo também o fundamento material do espírito humano (Ivo Tonet & Sérgio Lessa, 2008). Entende-se sujeito dialético como aquele que estabelece uma relação com o meio em que se vive e que está, com seus processos internos interligados com as funções elementares/inferiores, que, são produtos de evolução biológica, nos constituindo enquanto espécie, e as superiores, especificamente humanas, consequência basilar do desenvolvimento histórico do homem (Lev Vigotski, 2018a).

Exemplificando uma prática tradicional e habitual no Brasil é oportuno salientar que, ordinariamente, no ano de 2023, o Conselho Federal de Psicologia - CFP lança uma Nota Técnica, com intuito de orientar quanto à utilização da Constelação Familiar, ou Constelações Familiares Sistêmicas, com foco nos aspectos do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Teoria essa constantemente usada no Brasil e “vigente” até este ano, porém, de acordo com a nota, as práticas que usam como base essa teoria são incompatíveis com o trabalho da Psicologia, como relata o Conselho Federal de Psicologia (2023): “A teoria da Constelação Familiar parece adotar uma concepção de casal e família de bases patriarcais, calçada na heterossexualidade compulsória, que tende a naturalizar a desigualdade de gênero em relações conjugais e familiares”. Novamente, práticas que buscam manter o status quo, a repressão de corpos diferentes à heteronormatividade e a normatização da família nuclear.

Ainda segundo o CFP (2023), quanto a heteronormatividade citada, Hellinger, o autor dessa teoria, deixa lapsos em sua escrita que dão possíveis caminhos para o entendimento de que a orientação sexual divergente da heterossexual pode ser “sintoma” de um emaranhamento na família, por consequência de um problema familiar por exemplo, patologizando outras sexualidades e identidades de gênero que não a cis-hétero, essas práticas podem fomentar ações contra o combate à violência doméstica, em um sistema de hierarquia patriarcal e machista, que produzem mais sofrimento aos sujeitos violentados.

Em vista disso, vale ressaltar a notoriedade da visão crítica quanto a essa regulamentação, visto que mesmo amplamente utilizada no país, a Constelação Familiar foi usada como uma prática de violência, principalmente a população em vulnerabilidade ou fora da normatividade sistêmica social, essa violência é alimentada por uma pseudo-ciência com fundamentos epistemológicos fracos e inconsistentes para tal, reconhecida e utilizada no Sistema Único de Saúde (SUS) e extremamente difundida no âmbito da Justiça que no Projeto de Lei nº 4.887/2020 regulamenta o fazer profissional de Constelador Familiar Sistêmico ou Terapeuta Sistêmico.

Uma prática excludente e injusta com a diversidade, sendo utilizada na justiça brasileira, práticas que contam com a exposição das mulheres que já foram violentadas a serem novamente violentadas, tanto no processo quanto após o trâmite jurídico, novamente revisitando a injustiça, desta vez entre o agressor e a vítima, visto que a técnica, por muitas vezes incita a mulher a um acordo com o violentador em um momento de fragilidade. (CFP, 2023)

Neste momento, tange-se outra questão: por que os profissionais de Psicologia continuam repisando em práticas tradicionais e até anti-éticas? Tomemos como exemplo a nossa sociedade, de acordo com Elis Bertozzi Aita (2020), a normalidade passa a ser marcada e desenvolvida de acordo com determinados padrões que são exigidos pela sociedade hegemônica daquele momento, com isso se formam algumas maneiras de se comportar que são aceitas e reforçadas e outras que são vistas como quebra daquele padrão, algumas vezes consideradas patológicas, passando a constar em manuais classificatórios, criados como ciência e usados por muitas vezes como verdade absoluta, elaborando assim, ciência e práticas em conjunto, com a finalidade de exclusão de corpos e da sistematização dos profissionais.

3. Práticas revolucionárias: A superação da “velha” pelas “novas” psicologias

*“Acima de tudo procurem sentir no mais profundo de vocês
qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo.*

É a mais bela qualidade de um revolucionário”

(Che Guevara, s.d.)

É inegável dizer que Karl Marx (1818-1883), em sua análise da sociedade capitalista do século XIX, propõe uma ruptura com a conjuntura política, econômica e social que imperava em sua época. Perpetuavam sobre este momento histórico, duas grandes linhas teóricas, uma entendedora da sociedade e do homem como simplesmente formado por e pela luta de ideais, chamado Idealismo, e outro no qual reduz o homem e a sociedade como mero movimento de matéria, chamado Materialismo Mecanicista.

Marx ao analisar estas grandes vertentes, o Idealismo e o Materialismo Mecanicista, compreende que os dois acertam em um ponto, mas, se equivocam em outro, na iminência de que, “os idealistas se equivocam ao não perceberem o peso determinante da vida social objetiva sobre as concepções de mundo e, analogamente, os materialistas se equivocam por não reconhecerem o papel ativo das idéias sobre o desenvolvimento humano”. (Tonet & Lessa, 2008, p.22)

É proposto, então, o Materialismo Histórico-Dialético, conceituado por Marx e, assimilado por autores e psicólogos soviéticos, como Lev Vygotsky, Alexei Leontiev, Alexander Luria, etc. Tais autores passam a entender que a construção do homem, se faz de maneira histórica, não descartando fatores biológicos, mas entendendo que a sociedade e o homem são caracterizados pelo tempo histórico em que vivem, dando assim origem a teoria chamada Psicologia Histórico-Cultural. Nesse mesmo contexto, Alexei Leontiev (2014, p. 15) explica que:

A abordagem histórica da psicologia humana, uma ciência psicológica concreta da consciência como uma forma superior de reflexo da realidade, e o estudo da atividade e sua estrutura foi desenvolvido. (...) Mas mesmo agora não deve ser dito que a psicologia exauriu o baú de tesouros das ideias marxista-leninistas. Por essa razão voltamos de novo e de novo para os trabalhos de Karl Marx, o que resolve até mesmo os mais profundos e complexos problemas teóricos da ciência psicológica.

Para superar essa psicologia tradicional, ou velha psicologia, é que diversas teorias e práticas se desenvolveram, visando a integralidade do sujeito, o olhar *omnidimensional*, relativo a todas as dimensões do ser, ao mesmo tempo, suas demandas podem ser amplas e para alcançar um bom desenvolvimento psíquico, o sujeito precisa que sua demanda biológica seja saciada, podemos abrir diversos vieses, como alimentação, nutrição, saúde, doença, deficiência, etc. e quando se cita a deficiência, não podemos mais ter a compreensão do ponto de vista médico, mas sim, a biopsicossocial, na qual agrega o biológico, psicológico e o social que, se traduz dentro da Psicologia Histórico-Cultural, como a dialética Singular-Particular-Universal, que, tal qual como descreve Flavia Gonçalves Silva (2009, p.174) os processos de constituição do psiquismo “possibilita ao homem apropriar-se das produções da humanidade (universalidade), a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidades), mesmo quando compartilham a mesma particularidade”.

É o entendimento de que a pessoa com deficiência não é o problema, mas sim, quando as instituições e a sociedade não conseguem atender esse sujeito e suprir suas demandas/necessidades, na “velha” psicologia a intervenção poderia ser suprimir/excluir esse sujeito, para não exigir o desenvolvimento de intervenções e instituições que tenham o intuito de suprir a demanda, dessa forma, optam por medicá-lo com a intenção de silenciar/apagar a sua extensão e assim reduzi-lo.

Com uma “nova” Psicologia, devemos estabelecer práticas que promovam saúde para esse sujeito, auxiliar com a base para que esse indivíduo possa se desenvolver, salvaguardar os seus direitos e restabelecer o material e o ideal para que ele possa chegar a liberdade de escolher com autonomia os caminhos que quer trilhar, mas sempre tomando como eixo a realidade objetiva em que se encontra, assumindo sempre o real de seu ser, como ressalta Delari Jr (2020a, p. 15): “Porém é a esta pessoa como síntese de suas relações que voltamos o nosso ‘foco’, nosso olhar, nossa

escuta, nossas perguntas e nossas sugestões, nosso silêncio.” Em razão disso, quanto mais compreendemos seu contexto real, mais próxima as significações e caminhos conscientes a se trilhar se dispõe no trabalho psicológico.

E porventura, se a Psicologia se distanciar de um estudo único na psicopatologia visto que, fundamenta-se no entendimento do sintoma/fenômeno em si, no qual ao ser desvelado se iniciam os tratamentos tão somente visados na doença por meio da medicalização do indivíduo com intuito de “curar” uma doença (Aita, 2020). E em contrapartida, começar a abranger os olhares para a patopsicologia, que desenvolve outra percepção para os processos de adoecimento, com o desenvolvimento de um novo olhar ao diagnóstico, elaborada pela psicóloga lituana Bluma V. Zeigarnik, se denomina desta forma para se expor antagônica a psicopatologia, visto que ela denota o foco central no sujeito com a doença e não mais na doença do sujeito, se inverte a relação do olhar para com o diagnóstico e consecutivamente com as futuras intervenções.

Quando abordamos tal temática, não estamos querendo afirmar que a psicopatologia não se faz eficaz, mas, que limita o processo de intervenção sobre o sofrimento humano e que, sob um olhar materialista mecanicista, sugere, que um medicamento, tornar-se-ia capaz de corrigir uma ideia, um sentimento, ou até mesmo uma emoção, e aqui nos referimos à configuração das funções psicológicas superiores, amplamente estudadas por Vygotsky.

A ampliação qualitativa do método fenomenológico, irrompe na síntese da materialidade patológica, ligados aos nexos psicológicos do mesmo, isso significa que, a análise começa no fenômeno (sintomatologia), mas, deve se desdobrar em descobrir os sentidos e significados do sintoma, ou seja, como, dentro do que foi apropriado, particularizado e então refratado para si, o sujeito se relaciona com a patologia, Aita (2020), afirma que esse método, denominado genético-causal, busca elucidar a relação entre sujeito e doença, adentrando na história da constituição da patologia na vida do sujeito, compreendendo então, os processos e nexos que a constituíram/constituiu.

Essa visão não é recente, mas ainda se faz muito atual, podemos identificar que no início do século XX já se levava em questão e se estudava essa prática, como traz Vigotski (2018b, p. 5), “não só é importante saber que doença uma pessoa tem, mas que pessoa tem determinada doença”, a questão não se dá em que momento isso foi perdido, mas sim, ao porquê essa visão nunca foi apropriada de forma hegemônica nas ciências da saúde.

Retomando ainda mais distante em nossa história, Hipócrates, médico grego concebia que em uma intervenção, deve-se: “Aliviar sempre, curar se possível, ao menos não danar”, isso tange a prática do(a) psicólogo(a), enquanto profissionais da saúde mental, o mínimo que se deve almejar é não causar ou perpetuar sofrimento naquele que atendemos, é preciso reconhecer que existem tratamentos que mais causam sofrimento e adoecimento do que cura ou alívio, estes são

denominados dentre os fatores patológicos como “iatrogenia” (sofrimento que advém do próprio tratamento). Por isso, visa-se um processo de busca para entender o porquê, onde, como e quando se quer chegar, caso não o consiga, tenha-se ao menos a ética de não forçar uma intervenção insegura e/ou muito menos precoce. (Delari Jr, 2020b)

Enquanto prática da Psicologia Histórico-Cultural, compreende-se, a necessidade de agir com ética e senso/sensibilidade com alicerce do humanismo marxista, assumindo, a não criação de “experimentos” com procedimentos não consolidados com a intenção de “testar” quem que seja o indivíduo (Delari Jr, 2020a). Temos de compreender que a valorização da vida é o ponto focal interventivo das Psicologias, por isso compõem-se como ciência e profissão, essa junção pode marcar a necessidade da ética e respeito que compõe essa profissão no se produzir ciência, para além das normas do comitê de ética, mas a de uma visão humanística para com aqueles que podem ser afetados pelo processo e com o que fora produzido.

Refletir sobre os princípios éticos que guiam as práticas da Psicologia na perspectiva de respeito aos direitos é essencial para que nossas ações não sejam excludentes e tóxicas a quem afetamos com as mesmas, mas para isso, não é suficiente apenas seguir normas fixas, mas ter um olhar crítico e respeitoso quanto ao seu fazer.

Com os estudos de Angelo Brandelli Costa e Henrique Caetano Nardi (2013) tomamos como exemplo o teste: Inventário Fatorial de Personalidade (IFP), aprovado para uso pelo SATEPSI em 2003. Tal teste buscava avaliar o indivíduo em 15 “necessidades” psicológicas, a saber: assistência, dominância, ordem, denegação, intracepção, desempenho, exibição, afago, mudança, persistência, agressão, deferência, autonomia, afiliação e heterossexualidade. Para compreendermos a potência nefasta de práticas e materiais preconceituosos, investiguemos o que o uso desse teste provocou nesta lamentável situação abaixo:

Em um processo judicial se discutiu a eliminação em concurso público para cargo de agente policial federal. O autor foi considerado inapto no processo seletivo, em virtude de laudo psicológico. Requereu em juízo o acesso ao conteúdo do laudo e impugnou o motivo da exclusão, qual seja, não ter satisfeito determinada escala de heterossexualidade, apontada pelo avaliador como necessária para o exercício do cargo. Uma vez chamada para explicar em que consistia tal escala, a administração limitou-se a indicar como parâmetro a média alcançada pelos concorrentes na tal escala, sem justificar qual a relação de tal índice de heterossexualidade com o exercício do cargo, nem fornecer elementos objetivos acerca dela. Considerar a orientação sexual como impedimento para assumir cargo é violar o direito humano de igualdade. (Costa & Nardi, 2013, p. 133)

Práticas estigmatizadoras como a supracitada, foram tomadas como base durante a implementação e desenvolvimento da psicologia como saber científico, frutos e produtos de uma

lógica burguesa. Há a necessidade de reconhecer que, durante muito tempo e até mesmo atualmente, tais práticas conformam a normatividade de classe.

Juquery, um dos maiores hospitais psiquiátricos brasileiro, inaugurado na primeira metade do século XX, representa formalmente o que estamos tentando evidenciar, dentro dele, os fazeres “psis” eram pautados na manutenção extensiva do desviante e do improdutivo, sujeito que não se encaixava no status quo de comportamento, como evidenciado pelo que o CFP (2022, p.57), refere, “os crivos para a construção dos diagnósticos e para a determinação das medidas de internação e tratamento estão, antes de tudo, no desvio social do comportamento, quando não nas expressões culturais ou físicas, próprias de uma raça”.

É para a superação de práticas tradicionais, que Vygotsky fundamenta e estrutura a Psicologia Histórico-Cultural, propondo uma prática que entenda a materialidade do desenvolvimento dos homens, mas que também leve em consideração a subjetividade inerente a ele, uma Psicologia que promova e que busque a liberdade, “... sermos livres, portanto aptos, para cooperar com nossos semelhantes na constituição de uma coletividade mais avançada”(Delari Jr, 2020a, p.13)

Tal entendimento, é complementado pela atuação do(a) psicólogo(a) na pós-reforma psiquiátrica, visto a necessidade de “produzir uma nova perspectiva de leitura sobre o objeto que inaugura a Psiquiatria e outras ciências “psis”, que supere sua redução à patologia, a qual serve à manutenção de dimensões que historicamente violam subjetividades, por vezes sendo ocultadas.” (CFP, 2022, p.58).

Nossa ciência deve servir como base para nossa profissão, da mesma forma que nossa prática deve servir de base para a produção de novas ciências, é o fazer em conjunto com teorias que possam ter respaldo material, com o olhar na sociedade em que se pesquisa, considerando a cultura, economia, sociedade, história e o meio em geral, assim com base na Psicologia Histórico-Cultural o(a) psicólogo(a) “... escuta o sujeito a partir do entendimento de que ele é produto e produtor da própria história, um ser ativo capaz de transformar a realidade social, transformando-se no processo” (Aita, 2020, p. 164).

Ademais, se nossa profissão e prática não tem contribuição nenhuma para a população, por que a produzir? Parece uma pergunta retórica, mas, a produção de métodos e/ou modelos visados em um idealismo inalcançável ainda são corriqueiramente produzidos. Cabe aos profissionais do século XXI, articular e mediar ações na transdisciplinaridade com uma visão *omnidimensional*, para que essas mesmas ações, alcancem os sujeitos, dando-os, acesso ao que a eles tem direito, com foco na contribuição social de ações materialmente possíveis dentro do contexto real da sociedade.

Neste contexto, veste-se a necessidade de ações que visam uma revolução que supere não só as práticas tradicionais, mas também, os fazeres científicos excludentes, mal-intencionados,

racistas, homofóbicos e misóginos, que tivemos ao longo do desenvolvimento da nossa ciência. O que carrega aqui uma angústia, isso ser sustentado tanto tempo em nossa sociedade capitalista, visto que no século XX, Vygotski, evidencia, que a Revolução concebeu a crise de alegações reducionistas na psicologia, que estimulou a elaboração de uma nova pedagogia, pela demanda da psicologia superar a idéia de ser uma ciência neutra, desconexa das necessidades reais da sociedade, para se tornar uma ciência com competência para trabalhar com as problemáticas postas pela prática social. (Silvana Calvo Tuleski, 2000)

Seguindo o pensamento da mesma autora, as próprias demandas da prática social, trilharam um caminho para a superação dessa velha psicologia, com a integração da prática com a teoria, desenvolvendo uma metodologia ímpar. Os responsáveis pelos aprimoramentos da psicologia e seus pareceres teóricos advêm da própria relação com outras diversas áreas, como no convívio social, na educação, no direito, nos comércios, indústrias (organizações), na medicina e nas redes de saúde em extenso do Brasil, pois, *“La vida necesita de la psicología y de su práctica y a consecuencia de este contacto con la vida es de esperar un auge en la psicología.”* (Vygotski, 1991, citado por Tuleski, 2000, p. 8). Como, então, fazem-se as práticas das psicologias com pessoas em vulnerabilidade social?

4. Quem são as pessoas em Vulnerabilidade Social? Como a Psicologia se relaciona com elas?

“Quero ser apenas um entre os milhões de brasileiros que resistem”

(Carlos Marighella, s.d.)

Quando a Psicologia se encontra com pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, é crucial que ela esteja preparada para atendê-las, que antes tenha conhecido o público e seus contextos, não apenas com seu saber teórico acadêmico, visado na Psicologia tradicional ou até na nova Psicologia, mas aquela, que esteja a todos os dias se superando em relação com a sociedade e suas necessidades, como também, uma visão que não esteja encharcada de preconceitos, os profissionais aqui, não podem ser produtores de violência, exclusão e categorização como diversas outras relações já foram e serão, os profissionais de psicologia devem promover saúde mental, usando da escuta, acolhimento, intervenções ou por simplesmente disponibilizar um espaço terapêutico.

É necessário entender a população que se intervém, então, para elucidar, Vinicius Tonollier Pereira e Pedrinho Guareschi (2014, p. 10) conceituam Vulnerabilidade Social como:

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009a, p. 7) concebe a vulnerabilidade social como “decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços

públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade”. Ou seja, não somente associada à pobreza econômica, mas correlacionada a uma multiplicidade de fatores, constituindo, hoje, um conceito que alcança planos políticos, morais e espirituais através da desigualdade de acesso aos direitos, de informações, de poder, de possibilidades e oportunidades, situações de risco e empobrecimento das redes sociais, discriminação por questões de etnia, cultura e gênero, dentro outros.

Diante dessa concepção, pode-se tangir dois pontos, a vulnerabilidade social enquanto processo de desigualdade e negligência, e as práticas tradicionais que buscavam e ainda buscam privilegiar a burguesia, a classe dominante da sociedade de classes no capitalismo, contribuindo para essa mesma desigualdade e negligência, apenas ajustando e mantendo o status quo dessa população atingida, atrasando processos como a tomada de consciência, entendimento da crise e lutando diretamente contra a consciência de classe, violentando ainda mais os proletários, considerando que "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. ... A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado." (Marx & Engels, 1998, p. 40-41)

Pois então, a “velha” Psicologia luta contra seus próprios direitos? Enquanto classe trabalhadora, uma profissão que usa de seu próprio corpo e tempo para produção, mas mesmo assim, utiliza de sua ciência para reduzir e alienar a própria classe. Durante muito tempo, e até nos dias de hoje, a assistência social, deriva seu trabalho focando em um assistencialismo voltado às pessoas vulneráveis socialmente, estigmatizando-as como submissas, leais e gratas.

Este histórico, ajuda a reforçar o entendimento de que, materializado sob moldes de uma sociedade capitalista, podemos identificar diversas problemáticas, que mediam a formação e a atuação de psicólogo(a)s, a verticalização (relação hierárquica “de cima para baixo” com o sujeito atendido) da assistência como um todo, tendo em vista que, efetua a percepção de que o indivíduo vulnerável, não tem a capacidade, e não faz parte do processo de potencialização do seu próprio corpo, tal fato individualiza a dor, e atribui culpa sobre sua existência, já que, sob essa ótica, não é capaz de autonomia.

Em virtude disso, pedir ajuda se torna aversivo, devido ao tornar vulnerável, e estar vulnerável “indica” incapacidade de lidar com as crises do desenvolvimento do homem. Portanto, cada vez mais, e com respaldo em muitas produções de assistência social e psicologias tradicionais, o que deveria produzir um processo de potencialidades e ressignificação das vivências humanas, induz justamente o inverso, produz individualização do sofrimento, e no viés psicológico, desestrutura o psiquismo, afetando assim as funções psicológicas superiores do sujeito.

Pereira e Guareschi (2014) afirmam que, essa postura dos profissionais de exercerem seu trabalho com a lógica de benefício como benesse (doação, vantagem ou lucro que não deriva de

esforço ou trabalho), ao invés do sentido da garantia de direitos e da promoção de acesso aos mesmos, isso acontece por não verem os pedidos recebidos como uma chance de acesso aos seus mínimos direitos, mas visualizando como uma forma de dependência e passividade dos usuários.

É possível observar que, a visão é mediada também pela relação que os profissionais têm como o mundo, de modo que fica evidente com isso, que a lógica capitalista, não se restringe as regras de como a sociedade deve se organizar, mas também capacita as pessoas, na maneira em como suas relações devem se desenvolver, produzindo então uma capitalização das relações, no qual, necessariamente, para que “eu o ajude”, “necessito de algo de valor em troca”.

Não afirmamos aqui que o trabalho é algo ruim ao ser humano, pelo contrário, como comenta Ivo Tonet e Sérgio Lessa (2008, p. 9), ao analisarem a filosofia de Marx, é “a partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais”, mas pondo em questão a maneira que, dentro do capitalismo, o trabalho se caracteriza e a relação que os indivíduos estabelecem com ele, estruturam lógicas (intrapicológicas) e vivências (interpsicológicas) adoecedoras, pautadas na exploração do ser humano até ao mais fundo de seu âmago.

Essa ideia de passividade e acomodação entra em contradição com a realidade quando se faz uma investigação íntegra, usando do Materialismo Histórico-Dialético como base para a análise, buscando entender para além da percepção inicial e imediata do acontecimento, como traz Maria Carmelita Yazbek (1993) citado por Pereira e Guareschi (2014), para o indivíduo receber a “ajuda”, antes é necessário que o mesmo “peça a ajuda”, que pode ser experienciada como humilhante, por si só, tendo que comprovar que realmente precisa dessa ajuda e sua “incapacidade” de não poder prover a si próprio e a sua família.

Quando relacionamos essa vivência, com o que é mediado por profissionais com uma visão assistencialista, temos como resultado: a violência, não o acolhimento, temos a culpabilização e individualização do problema/sofrimento, mas não a escuta e o uso da rede de apoio, temos a exclusão e negligência dos direitos, mas não a inclusão social, intervenção personalizada e a busca por garantia de direitos. Adverso a isso, tem-se no caderno de Referências Técnicas para atuação da(o) psicóloga(o) no CRAS/SUAS pelo (CFP, 2008) as propostas que afirmam a necessidade de seguir, na verdade, pelo caminho contrário a essa prática assistencialista supracitada.

É importante, que o Conselho Federal de Psicologia se preocupe com a atuação dos profissionais da área, para que tenham sua prática com aparatos científicos comprovados, mas também que sigam para além do conselho de ética, a humanização e o respeito em primeiro lugar, a compreensão de que o sistema já é violento com os sujeitos em vulnerabilidade, e a Psicologia não

tem espaço para práticas de violência, exclusão, negligência e verticalidade, ou ao menos não deveria mais ter.

Quanto ao sistema, evidencia-se a produção de ciclos históricos onde o sujeito pobre ou em situação de vulnerabilidade deveria exercer uma função de subordinado, sendo grato, passivo quanto a quem o “ajudou”, construindo assim, relações de subalterno e subordinante, que descaracterizam essa população de forma social, classificando como inferior, menos digno, etc, no seu desenvolvimento, visto que, com uma ideologia individualista, cai sobre o próprio sujeito a culpabilização sobre sua condição, já que em um sistema capitalista, acredita-se na meritocracia, que independente da situação, contexto, privilégio, herança, as pessoas dessa sociedade, teriam as mesmas oportunidades em suas vidas, onde quem detém mais capital o tem por puro mérito e trabalho. (Marx & Engels, 1998)

Mas voltando à realidade, esses sujeitos devem enfrentar além do seu desamparo social, ideologias como está, até mesmo em um Centro de Referência de Assistência Social, promovendo assim, sua dependência aos serviços frente a impossibilidade de outras formas de gerir sua sobrevivência.

Sobrevivência essa que leve os sujeitos a viverem um dia de cada vez, talvez por medo de uma construção de perspectiva para o futuro, tomando como inevitável um completo fracasso nos planos estabelecidos ou, talvez, um total esvaziamento de sentido, onde, pelo foco estar voltado para a necessidade da sobrevivência, a projeção de mundo que se tem, se limita a certezas inescrupulosas. (Pereira & Guareschi, 2014)

Não obstante, os autores acima comentam que, uma das psicólogas entrevistada do CREAS, tece críticas sobre a falta de perspectiva a longo prazo dos usuários, presos às necessidades imediatas, eram tema de discussão, segundo o relato, uma das profissionais conta sobre a falta de perspectiva do futuro que os usuários tem, se referindo a eles como descansados por usarem dos serviços, que ao mesmo tempo que cresce a rede de apoio, eles teriam mais direitos, com isso, seriam ainda mais aproveitadores e terão uma visão muito do hoje, imediatistas, eles estão presos às necessidades do hoje.

Mediante a isso, deixamos um questionamento, como “nós”, enquanto profissionais da área da saúde, em todos os âmbitos e nuances da palavra, podemos exigir de uma pessoa em situação de vulnerabilidade, que tenha outra perspectiva?

Este questionamento nos proporciona a apreensão de que, a assistência social e em saúde mental, tal qual uma formação com base tradicionalista, reforça mazelas e dores, e propaga a reprodução de discursos ideológicos de que, a necessidade do indivíduo vulnerável a mudança, se faz simplesmente em uma intervenção pautada em características individuais e idealistas, isso induz um descolamento incomensurável com a realidade material com que as pessoas vivem e se

desenvolvem, de tal maneira que a atuação do(a) psicólogo(a) em campos sociais, não abrange a intervenção do social, atuando assim como tradicional e conservadora, uma Psicologia (A)Social, negativa de si própria.

Essa injunção que a própria sociedade tem com o sujeito em vulnerabilidade, faz um movimento de implosão e por vezes de explosão (o prefixo *ex do latim como movimento para fora*). Implosão por individualizar problemas grandes demais (sistema), se culpando pela catástrofe programada de seu próprio exercício, tal como a de seus próximos, coadunando-se num efeito em cadeia onde o indivíduo se consubstancia da sua realidade, do seu social, da suas derrotas, do seu psicológico e é engolido pelo papel de excluído e de vulnerável, já explosão vem da explanação desse sofrimento, dessa angústia, seja pela fala, seja por ações ou seja por feitos (legais ou ilegais) que tirem seu véu da invisibilidade social.

5. Considerações finais

“Ser oprimido significa a ausência de escolhas.”

(bell hooks, s.d.)

Para a conclusão deste trabalho, expomos aqui nosso intuito final com essa dialética e explanação quanto ao que foi trabalhado. Este artigo busca fomentar o diálogo acerca do tema que é (in)visibilizado na sociedade em que vivemos, como em quase todo o globo. O sistema capitalista tange para muito além da economia, está incrustado na ideologia, cultura, ideais, valores, desejos, moral, leis, política, discursos, ciência, “verdades” acadêmicas, violências, saúde, doenças, etc. Face ao exposto, é irrefutável o que João Carvalho (2018) enuncia na palestra *Tempos Fraturados*, onde afirma que "O capitalismo falhou, falha e falhará em cada uma das sociedades onde ele colocar os seus tentáculos que se baseiam na expropriação e na exploração do homem pelo homem. É isso que nós combatemos!".

As pessoas em vulnerabilidade não são excluídas apenas fisicamente, seja em espaços ou em grupos e agrupamentos, mas em quase todas as esferas da sociedade, como por exemplo no viés acadêmico e ideológico, o que gera uma ruptura de estudos quanto a esse grupo em todas as ciências, a Psicologia também é afetada por essa ideologia, o fazer Psi quando não comprometido com a sociedade está ainda mais longe das práticas revolucionárias que laboramos no texto e escavam ainda mais as lacunas sociais já existentes, com práticas elitistas e/ou excludentes de manutenção do status quo, a Psicologia enquanto ciência, deve ser social, visto que, “toda psicologia é social” (Silvia Lane, 1989, p. 19), NÃO pode ser neutra, ou ela trabalhará para

manutenção, ou para revolução, para a omissão com a violência ou para a luta contra a violência, mas nunca neutra.

Quanto postulamos que a psicologia necessita ampliar sua atuação enquanto a desfazer de si mesmo de métodos roteirizados e universalizados de processos saúde/doença, que individualizam dores com gênese-causal em vivências socialmente estabelecidas, não afirmamos que a única linha teórica capaz disso é Psicologia Histórico-Cultural, mas através das Psicologias que foram estabelecidas como práticas tradicionais, reformulem e dialoguem com a constituição social do homem, a sua intrínseca necessidade de transformação da natureza, com o objetivo de reprodução social, todo esse processo de organização configura o trabalho, e é através dele que o homem transforma a natureza, a si mesmo e, conseqüentemente, a sociedade (Tonet & Lessa, 2008).

Delari Jr. (2020a), traz exemplos da atuação de diferentes psicólogo(a)s que atuam com base na Psicologia Histórico-Cultural, mas que são distintas entre si, no qual dentro desta linha teórica dialogam com suas próprias vivências e a ampliam, esse desdobramento é sempre embasado teórico e cientificamente. A psicologia deve buscar sempre o seu desenvolvimento, visto que, o homem, como estrutura basilar de intervenção e foco dos estudos da psicologia, não é estático e inerte, sempre evolui social e coletivamente, não há como separá-la desse fato. Lane (1989, p.15), pontua que:

Se a Psicologia apenas descrever o que é observado ou focar o Indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, ela terá uma ação conservadora, estatizante - ideológica- quaisquer que sejam as práticas decorrentes. Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social.

Mesmo com toda a potência de autores, que dialogam com práticas humanizadas e revolucionárias, precisamos ainda, de mais estudos que tenham o enfoque nesses sujeitos em vulnerabilidade, sempre reiterando a contextualidade de suas vivências, visto que um entendimento universalizado sobre tal assunto se faz reducionista e ideológico, como também do comprometimento dos profissionais que trabalham com esse público, com intuito de desenvolver práticas que sejam efetivas e humanas, focadas nas particularidades e singularidades (características só deles), para um atendimento que contemple de forma integral a demanda do sujeito, abrangendo de maneira dialética o individual e o contexto social.

Não deve se ter um olhar individual, para não desenvolver a individualização e culpabilização do sujeito e não se deve ter um olhar apenas social, para não desenvolver as atividades com base em estereótipos e generalizações, mas sim essa dialética de sujeito social, visto que o homem se constrói junto com a sociedade, com um papel ativo na construção de sua própria

história e de seu contexto, mas não sendo o único responsável por seu sofrimento, com isso se exerce o processo de desculpabilização do sujeito, mas também a promoção de autonomia e consciência para que o mesmo exerça a função protagonista de sua vida, para tal, surge a suma necessidade de uma prática essencial enquanto profissional da psicologia, a escuta.

Referências:

Aita, E. B. (2020). *Psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção sobre o processo de formação de consciência: uma análise histórico-cultural*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná.

Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. Psicologia e o compromisso social. In Bock, A. M. B. (org). Psicologia e compromisso social. (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.

Conselho Federal de Psicologia (2018). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS — SUAS*. Conselho Federal de Psicologia, ed. rev. — Brasília: CFP.

Carvalho, A. (2018). Tempos Fraturados – Brasil pós 2018 – Anticast Ao Vivo : Segundo turno: resultados e análises. *Youtube*. 31 de outubro. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=R-FYgjDTmWQ&t=6256s>

Conselho Federal de Psicologia (2022). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CAPS — Centro de Atenção Psicossocial*. Conselho Federal de Psicologia, ed. rev. — Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2023). *Nota Técnica CFP Nº 1/2023. Visa a orientar psicólogas e psicólogos sobre a prática da Constelação Familiar, também denominada Constelações Familiares Sistêmicas*. Conselho Federal de Psicologia, ed. rev. — Brasília: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Nota-Tecnica_Constelacao-familiar-03-03-23.pdf

Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2013) Diversidade sexual e avaliação psicológica: os direitos humanos em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 124-137.

Delari Jr., A. (2020a) Questões sobre práticas sociais psicoterapêuticas mediadas por contribuições de Vigotski. In “*Estação Mir*” Arquivos digitais, 22 p.

Delari Jr., A. (2020b). Notas para a prática social psicoterapêutica mediante contribuições de Vigotski. In “*Estação Mir*” Arquivos digitais, 25 p.

Lane, S. & Codo, W. (Orgs.). (1989) *Psicologia Social: o homem em movimento*. (8ª. ed.). São Paulo: Brasiliense,

Leontiev, A.N. (2014). *Atividade. Consciência. Personalidade*. (M.J. Souza e Silva. Trad.). Mireveja Editora.

Marx, K., & Engels, F. (1998). *Manifesto Comunista*, trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo.

Pereira, V. T. & Guareschi, P. A. (2014). Representações sociais da psicologia sobre os usuários do CRAS: culpabilização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. *Diálogo*, (26), 9-24.

Silva, T. T. D. (2000). Agência. In Silva, T. T. D. *Teoria Cultural e Educação: Um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 15.

Silva, F. G. da. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, 28, 169-195.

Tonet, I. & Lessa, S. (2008). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

Tuleski, S. C. (2000). Para ler Vygotski: recuperando parte da historicidade perdida. *Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da Anped*. Recuperado de <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>

Vigotski, L. S. (2018a). *Sete aulas de Vigotski sobre os fundamentos da pedologia* (1ª. ed.). (Z. Prestes & E. Tunes, Orgs. e Trad.). Rio de Janeiro

Vigotski, L. S. (2018b). Acerca dos processos compensatórios no desenvolvimento da criança mentalmente atrasada. *Educação e Pesquisa*, 44, e44003001.